

PL da quarentena quer igualar magistrados a políticos ficha suja

» PATRÍCIA CARRIJO

Juíza e presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego)

“Certas virtudes têm necessidade de estímulos, certas outras, de freio.”

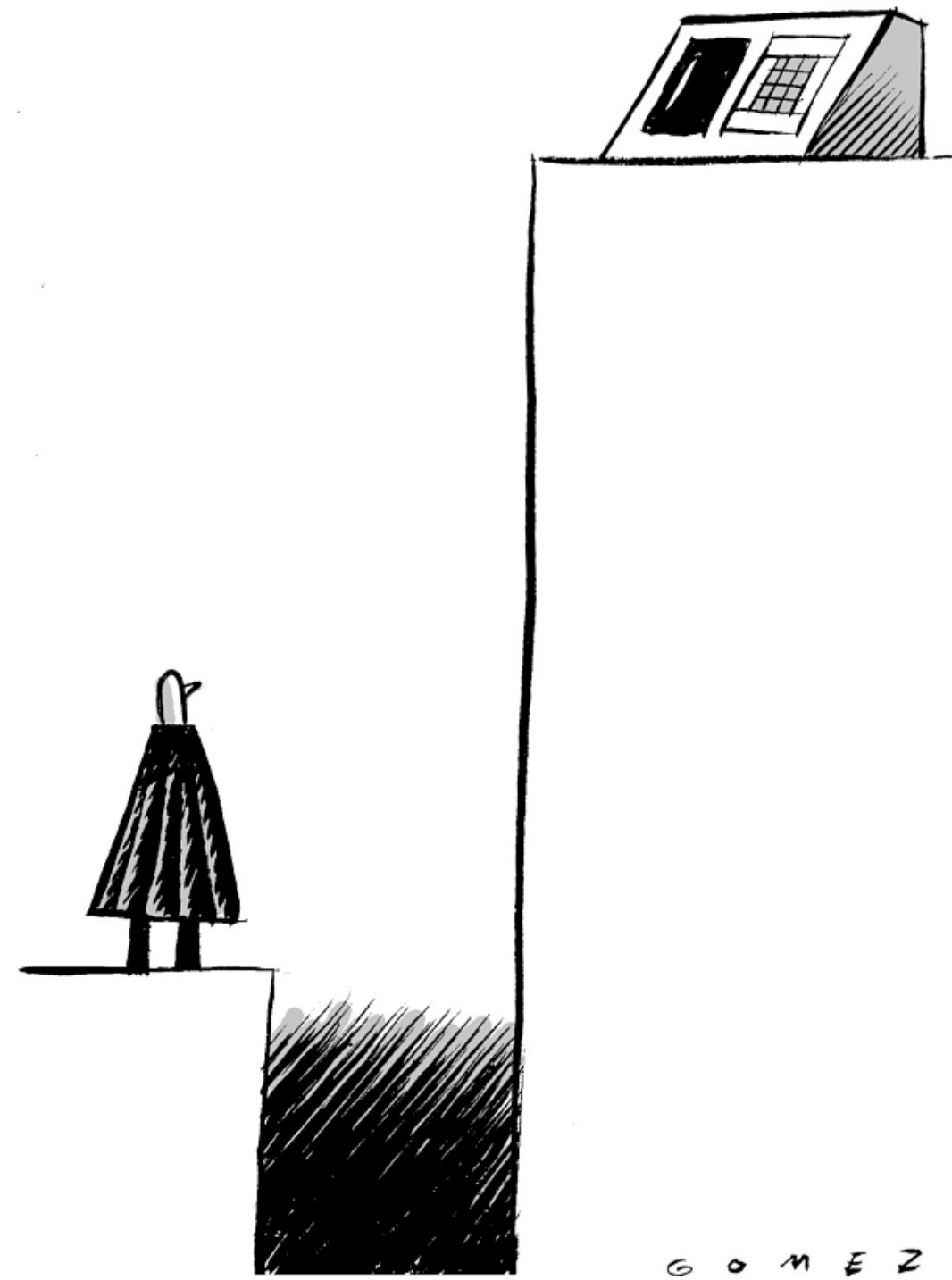
Esta frase do livro *A vida feliz*, de Sêneca, nos chama para o debate quanto à proposta em andamento no Congresso Nacional para a criação de um Código de Processo Eleitoral, visto que, atualmente, as eleições em nosso país são ainda regidas por um código de 1965, auxiliado pelas leis das eleições, dos partidos políticos e das inelegibilidades, e pelas normas gerais dos processos cíveis. Portanto, sem a existência de uma lei específica e uniforme.

O enaltecimento e os estímulos vão para a aprovação dessa proposta que resultará, esperamos, em uma legislação que realmente atenda às necessidades da Justiça Eleitoral, no que tange previsibilidade, segurança e transparência em todos os processos que envolvem o sistema eleitoral. Ganham os políticos, os agentes da Justiça e, mais ainda, a sociedade brasileira, tão sedenta por eleições cada vez mais simples, limpas, transparentes e capazes de garantir o prevailecimento de sua vontade soberana para eleger representantes que congregam com seus ideais e anseios.

No entanto, como de praxe, sob argumentos vazios e envolvidos por pensamentos e vícios ideológicos, e até mesmo preconceituosos e interesses escusos, por meio de um jabuti foram inseridos, prestes a serem iniciadas as votações na Câmara dos Deputados, alguns dispositivos no Projeto de Lei Complementar 112/21. Entre eles, um impõe quarentena de cinco anos para que juízes, desembargadores, promotores, procuradores e agentes da segurança pública possam se candidatar para algum cargo em eleições. Não há nada de minimamente plausível, muito menos de avanço nisso. Na legislação de hoje, é exigido deles que se desincompatibilizem das funções seis meses antes do dia da votação, igual é para todos os demais servidores públicos.

Cinco anos — impostos só para trabalhadores dessas poucas atividades — é um tempo que praticamente retirará deles o direito de se candidatar. É um período muito longo para se deixar um cargo, provedor de seu sustento, para embarcar num projeto tão distante de se concretizar. Isso será um desincentivo à pluralidade das eleições. Além do mais, e o mais grave, tal imposição os pune com uma penalização semelhante às aplicadas aos políticos ficha-suja, entre outras atrocidades e injustiças, condenando-os, antecipadamente, simplesmente por estarem em postos que, como em muitos outros, têm a oportunidade de servir à sociedade.

Essa iniciativa deve, sim, ser freada, visto que prejudica os que serão excluídos do direito de concorrer a um cargo eletivo apenas por desempenharem funções como outras quaisquer da sociedade. O argumento usado no texto do PL é de que a adoção do novo prazo de desincompatibilização é para evitar a utilização do cargo para a promoção da candidatura. Ora, quantos candidatos, eleitos ou não, entram nas



disputas, em todos os cargos eletivos, dos menores aos maiores, por terem se destacado como médicos, líderes religiosos, artistas, comunicadores, empresários, advogados, atletas, dentre muitas outras profissões ou ocupações?

Do ponto de vista institucional, seria uma afronta à isonomia do Poder Judiciário, assegurada pela nossa Constituição Federal, e ao sistema democrático, além de violar gravemente os direitos políticos e individuais dos magistrados e dos demais que a lei prejudicará.

Que o voto seja “não” para esse dispositivo, uma verdadeira censura prévia proposta com

truculência a um pequeno grupo que envolve os magistrados, que ultimamente tanto têm sofrido ataques aos seus direitos e às suas ações no exercício de suas funções.

No mesmo livro citado, Sêneca diz também que “toda ferocidade é filha da fraqueza”, o que ilustra muito bem todas as perseguições das quais carreiras como a magistratura são vítimas puramente por representar barreiras aos que, certos e conscientes de suas falhas, miram as ofensivas a quem são, historicamente, os responsáveis por defender a soberania das leis e por punir os que a descumprem.

Um novo caminho é possível

» SENADOR ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA-SE)

O próximo pleito está sendo forjado como o mais importante desde a nossa redemocratização. Nesses tempos incertos que antecedem a marcha até as urnas, e onde parece difícil acreditar em alguma solução, não adianta esconder-se embaixo da mesa esperando um milagre. É preciso reagir — começando por escolher em quem votar na próxima vez. A apatia e a omissão, já aprendemos, cobram um alto preço. Assim como escolhas apressadas e irrefletidas, baseadas apenas em alguma crença ingênua ou correntes de WhatsApp. Depois do que temos passado nesse quadrante de nossa história, temos que reafirmar nosso compromisso com a democracia. Um compromisso com a compreensão da importância e das consequências do voto.

Neste momento, estão em jogo não só sagrados valores constitucionais, que vêm sendo torcidos e retorcidos até a exaustão, mas também valores fundacionais do país. Liberdade, justiça e dignidade humana são alguns deles, assim, claro, como a própria democracia. Enquanto resolvemos os dilemas do agora, é preciso ir além dos personagens de sempre — caçadores de marajás, salvadores da pátria, pai dos pobres ou mito. O país precisa urgentemente de alguém que troque a ilusão de ser o dono de um trono e coroa pela compreensão real de que o necessário é um bom projeto para que o país possa mudar. Alguém que esteja disposto a montar um time focado em trabalhar de verdade, abandonando o vício recorrente no mero marketing pessoal.

Muitos dos eleitores do ano que vem mal conseguem entender a balbúrdia que é feita no país pelo presidente que trocou a obrigação de governar pela prática continuada da terceirização de responsabilidades e o ataque às instituições, mas já sabe que não quer repetir a experiência. Outros não querem reencarnar uma suposta alegria do passado, que hoje se sabe foi superfiaturada e contaminada pela corrupção.

A pergunta que nos fazemos: temos candidatos, mas temos projeto de país? Não temos, nem teremos, sem nos livrarmos do moto-perpétuo personalista em que nos encontramos. Mais do que pessoas, é preciso consolidar pautas. Um projeto atual e concreto de país, que não é oferecido por Bolsonaro ou por Lula.

A indignação com a corrupção ainda é presente e latente. Vimos, com a CPI da Covid, que ela não tem um único dono. A pandemia agravou a pobreza e reforçou nossa posição como um dos países mais desiguais do mundo. A economia, ao contrário de todas as expectativas e promessas deste governo, ressuscitou o fantasma do baixo crescimento com alta inflação e desemprego. Um governo que não enxerga o potencial da economia verde com a floresta em pé. Que renega os índios. Que enjaula a cultura. E descarta a educação, tão relevante para o nosso presente e futuro. Tudo foi esquecido — ou distorcido. Retrocedemos. Muito.

Se engana quem acha que se deve escolher uma pauta em detrimento da outra. É preciso acabar com a tirania do “ou” e exercitar o poder do “e”. É possível ter uma agenda econômica, social, ambiental e ética. Elas, aliás, se reforçam mutuamente.

Queremos um país que lute contra a impunidade, que olhe com atenção para quem mais precisa, que tenha na educação a principal porta para as mesmas oportunidades, que modernize e seja responsável com sua economia baseada nas suas riquezas naturais — sem destruí-las. Que fortaleça nossos valores democráticos, educando novas gerações de líderes. Precisamos de novos brasileiros e brasileiras dispostos a fazer a política séria, eficiente e transparente.

Para 2022, precisamos transformar a indignação — justa e legítima — em um projeto que nos leve à reconstrução do nosso país. Não apenas negar Bolsonaro ou Lula, mas apresentar uma alternativa. É sim possível construir um projeto que traga a razão, integridade e soluções concretas para as eleições. Que tire os eleitores da apatia e que transforme a raiva e decepção em confiança e esperança. Para isso, não precisamos de messias ou velhos salvadores da pátria, nem de alguém que nos traga a mudança que tanto esperamos. Nós precisamos ser essa mudança. Um novo caminho é possível.

Dos filhos deste solo és mãe gentil

» ISRAEL BATISTA

Professor, deputado federal (PV-DF) e cientista político

Ao simplificar o que a ciência política define como nação, chegaríamos em algo próximo a reunião de pessoas com similaridade de etnia, tradição e língua. Nesse conceito, a consciência nacional derivaria naturalmente do conjunto destes elementos em comum. Essa consciência seria o vetor de constituição de um povo e da abstração da ideia de pátria mãe. Mas o que fazer quando a sensação mais nuclear de pertencimento coletivo se dissipa em estranhamentos profundos, ao ponto de perdermos de vista o que nos une e só enxergarmos o que nos aparta?

Sim, eu me refiro ao Brasil de 2021 e à dificuldade latente em nos entendermos em nossas divergências. Foi o ódio fabricado, induzido e disseminado propositalmente para alimentar disputas mesquinhas de poder que fez não nos reconhecermos mais como irmãos nem na data cívica mais importante do ano. É Sete de Setembro e estamos divididos em uma ocasião que tradicionalmente celebramos em harmonia uníssona, como um só povo. A quem interessa essa divisão? Certamente, ao Brasil não interessa.

Em qual esquina da nossa história nos despedimos da fidalguia? Em que momento um compatriota passou a ser um desafeto a depender de sua preferência ideológica? O que fez a vibrante e colorida aquarela do Brasil passar a dispor apenas de tons de cinza fosco e desbotado? Sem nos darmos conta, permitimos que até o Dia da Inde-

pendência passasse a servir de ferramenta vil das disputas de narrativa. Isso, por si só, é um crime de lesa-pátria.

Não me parece razoável que a essa altura tenhamos perdido a capacidade de convergir e de conversar. De argumentar e respeitar. Recuso-me a aceitar que desaprendemos a nos abraçar e seguir a vida depois de uma acalorada discussão entre amigos ou familiares. De rirmos juntos após o debate eloquente. Não me conformo com a avaliação de que involuimos em nossa civilidade e perdemos o bom humor nativo.

Mas temos escolha. Nada nos obriga a continuar alimentando o fratricídio. E, embora essa palavra seja pouco falada no meio político, talvez por medo de parecer ingênuo ou pueril, não existe outra solução mais clara e eficaz para a neutralização do ódio que não seja o amor. É preciso resgatar o amor ao país. É preciso fazer um reexame honesto e sincero de onde nos perdemos do sentimento pátrio que nos unifica e, a partir daí, reencontrá-lo. Não me refiro a um patriotismo histriônico, segregacionista e infantilizado. Refiro-me a um retorno às raízes da nossa formação e aos propósitos que nos fizeram requerer e conquistar a independência. E ainda, ao potencial que temos de, com tudo que somos, contribuir com o processo civilizatório e com progresso da humanidade.

Embora uma fotografia do momento possa sugerir o contrário, esse sempre foi o nosso caminho

natural. Foi o afeto, a gentileza e a beleza que nos fizeram chegar até aqui e que nos fizeram sermos vistos e respeitados por todas as nações do mundo. O sectarismo nos empobrece e descaracteriza, evidenciando o que temos de mais pobre, nos mostrando primitivos. A diversidade sempre nos potencializou, ofertando a criatividade e alegria brasileira como pilar de uma nova e possível civilização. O nosso gingado sempre foi nossa melhor e mais rica versão. Temos uma vocação e uma missão no mundo e precisamos assumi-la. Juntos. Somos a nova Roma dos trópicos como definiu Darcy Ribeiro, lavada sobre o sangue índio e negro, constituindo um povo que se fez a si mesmo, apesar da terrível brutalidade, incapacidade e mediocridade da classe dominante.

Temos desafios gigantescos, urgentes e concretos como a explosão do custo de vida, desemprego em massa, o déficit educacional, o desmonte do serviço público e a volta dos fantasmas da inflação, da fome e da pobreza extrema e não existe fórmula mágica, muito menos super herói capaz de enfrentar isso sozinho. Enquanto as torcidas organizadas dos políticos disputam quem grita mais alto, nosso povo amarga uma realidade concreta cada dia mais dura. Só o resgate da nossa unidade como povo — para além das diferenças — mobilizará a energia necessária para superar e vencer esse quadro. E não há outra forma de mobilizar essa energia que não seja inspirada no amor pelo Brasil.